

Mudança constante nas regras do jogo decepciona Joo



CARLOS BRANDÃO, ex-Presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima) e Diretor do Banco Econômico: "As medidas que estão sendo anunciadas pelo Governo para o mercado aberto, de aumento da tributação nas aplicações de curto prazo e de redução dos investimentos de longo prazo para estimular os investimentos de longo prazo podem não surtir o efeito desejado, porque os investidores estão assistindo às regras do jogo mudarem constantemente e isso é desestimulante. Hoje em dia, 80 por cento da dívida pública do Governo estão no overnight (operações de curtíssimo prazo) e será muito difícil reverter essa situação. Além disso, os novos títulos de longo prazo, as Letras do Tesouro Nacional Flutuantes (LTNFs), com taxas de juros repactuadas a cada 63 dias, ainda não operaram no mercado e isso torna ainda mais difícil de se alongar a dívida do curto para o longo prazo."



LUÍS OCTÁVIO VIEIRA, Presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) e do Banco Meridional: "Este filme eu já vi. É igual ao do Delfim Netto e do Simonson. Não há alternativas. Qualquer brasileiro reage assim como eu à criação dos empréstimos compulsórios. Esse novo pacote mostra como são poucas as alternativas do Governo para enfrentar o aumento de demanda, que deveria ser esperado com o Plano Cruzado. Nem tudo na economia pode ser medido, e a demanda reprimida, que era esperada, ultrapassou os limites. O que acontece hoje pode ser comparado a um paciente na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI). O médico opera o fígado, em seguida o baço, depois o pulmão. O paciente fica sem respirar e morre. Quando se vai ver, o seu mal era a cabeça".



AMAURY TEMPORAL, Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil e da Associação Comercial do Rio de Janeiro:

"Vejo com desconfiança a criação de um mecanismo transitório como os empréstimos compulsórios para se frear o consumo e que pode se transformar em permanente como forma de financiar o Plano de Metas do Governo. Mas precisamos ainda saber dos detalhes das medidas e se elas são coerentes para fazer uma melhor avaliação. Acho válido se adotar instrumentos de redução do consumo, mas não imagino a hipótese de se resolver o problema do financiamento da área de energia elétrica através de empréstimos compulsórios. O que gostaríamos de verificar na verdade é se o Governo está reduzindo seu déficit e não mais uma vez assistirmos a medidas em que a iniciativa privada tenha que transferir recursos para cobrir o déficit".